

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: A DOCUMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DO DORMITÓRIO INTEGRANTE AO CONJUNTO FERROVIÁRIO DE MIGUEL BURNIER, EM OURO PRETO, MINAS GERAIS

INDUSTRIAL HERITAGE: DOCUMENTATION AS A PRESERVATION TOOL FOR THE DORMITORY WITHIN THE MIGUEL BURNIER RAILWAY COMPLEX, IN OURO PRETO, MINAS GERAIS

PATRIMONIO INDUSTRIAL: LA DOCUMENTACIÓN COMO HERRAMIENTA DE PRESERVACIÓN DEL DORMITORIO INTEGRANTE DEL CONJUNTO FERROVIARIO DE MIGUEL BURNIER, EN OURO PRETO, MINAS GERAIS

GONÇALVES, MARINA

Doutora em História Social da Cultura; Professora de Conservação no curso de Bacharelado em Museologia da UFBA, professora permanente no Programa de Pós-graduação em Turismo e Patrimônio da UFOP; e-mail: marinafg.ufba@gmail.com

SOUZA JÚNIOR, FLÁVIO

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Turismo e Patrimônio da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP; e-mail: flavios25junior@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa investiga e documenta a história e a trajetória do Dormitório do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, localizado em Ouro Preto, Minas Gerais, visando sua preservação. O Dormitório, parte do conjunto ferroviário, já foi moradia para trabalhadores e viajantes, desempenhando um papel relevante no contexto social e econômico da região. Com o declínio das atividades ferroviárias, o edifício foi abandonado e passou a sofrer com a falta de manutenção, resultando em sua deterioração. O conjunto de Miguel Burnier, representativo do patrimônio industrial dos séculos XIX e XX, é um exemplo da relevância histórica das ferrovias no desenvolvimento urbano e rural do Brasil. A pesquisa, por meio de levantamento bibliográfico e de campo, busca documentar o Dormitório gerando ferramentas para compreender seu processo de patrimonialização e contribuir para sua preservação, considerando o valor histórico e as demandas da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio industrial; dormitório; conjunto ferroviário; preservação; documentação.

ABSTRACT

This research investigates and documents the history and trajectory of the Dormitory of the Miguel Burnier Railway Complex, located in Ouro Preto, Minas Gerais, aiming at its preservation. The Dormitory, a part of the railway complex, once served as housing for workers and travelers, playing a relevant role in the social and economic context of the region. With the decline of railway activities, the building was abandoned and suffered from a lack of maintenance, resulting in its deterioration. The Miguel Burnier complex, representative of industrial heritage from the 19th and 20th centuries, is an example of the historical significance of railways in Brazil's urban and rural development. Through bibliographic research and field surveys, this study aims to document the Dormitory, generating tools to understand its patrimonial process and contribute to its preservation, considering the historical value and the demands of the local community.

KEYWORDS: industrial heritage; dormitory; railway complex; preservation; documentation.

RESUMEN

Esta investigación investiga y documenta la historia y trayectoria del Dormitorio del Conjunto Ferroviario de Miguel Burnier, ubicado en Ouro Preto, Minas Gerais, con el objetivo de su preservación. El Dormitorio, parte del conjunto ferroviario, fue en su momento vivienda para trabajadores y viajeros, desempeñando un papel relevante en el contexto social y económico de la región. Con el declive de las actividades ferroviarias, el edificio fue abandonado y sufrió por la falta de mantenimiento, lo que resultó en su deterioro. El conjunto de Miguel Burnier, representativo del patrimonio industrial de los siglos XIX y XX, es un ejemplo de la importancia histórica de las ferrovías en el desarrollo urbano y rural de Brasil. A través de investigaciones bibliográficas y levantamientos de campo, este estudio busca documentar el Dormitorio generando herramientas para comprender su proceso de patrimonialización y contribuir a su preservación, considerando su valor histórico y las demandas de la comunidad local.

PALABRAS CLAVE: patrimonio industrial; dormitorio; conjunto ferroviario; preservación; documentación.

INTRODUÇÃO

A área de estudo do patrimônio cultural inclui diversas vertentes, como o patrimônio industrial, abrangendo vestígios da era industrial valorizados por sua importância histórica, tecnológica, social, arquitetônica ou científica, conforme aponta o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH, 2003). Entre esses vestígios estão edifícios, maquinários, armazéns, centros de energia, sistemas de transporte e suas estruturas associadas, além de locais de atividades sociais industriais, como habitações, espaços religiosos e instituições educacionais.

De acordo com Rodrigues e Coelho (2024), o patrimônio cultural inclui a herança simbólica e tecnológica deixada por gerações anteriores, consistindo em conhecimentos e conquistas compartilhadas por uma comunidade ao longo do tempo, que definem quem são e sua identidade. Assim, a preservação do patrimônio cultural torna-se fundamental para a construção de uma memória coletiva, no intuito de compreendermos o passado, os padrões de comportamento de grupos sociais específicos, assim como de cidades ou nações.

A preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade compartilhada por diversos setores da sociedade, essencial para a manutenção da memória e com vistas à transmissão de valores às futuras gerações (Braga, 2016). No Brasil, as primeiras iniciativas para o desenvolvimento de ferramentas para a preservação do patrimônio datam do século XX, com a criação de leis específicas e órgãos de proteção, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujo foco repousava no patrimônio edificado representado pelos monumentos históricos (Chuva, 2009). Colocados em segundo plano, outros bens culturais, como o Dormitório do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier em Ouro Preto, Minas Gerais (MG), sofreram com os reflexos de tal predileção, enfrentando desafios devido à falta de documentação, abandono e ausência de políticas adequadas de preservação.

Embora a necessidade da discussão sobre a preservação do patrimônio cultural seja ponto pacífico, ainda há muito a ser feito para assegurar a proteção e a valorização dos bens culturais. Desafios como a falta de recursos, estudos especializados e legislações adequadas impedem o progresso nessa área, exigindo a cooperação entre diferentes setores da sociedade para que sejam superados. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010), a preservação do patrimônio envolve a gestão prática por meio de instrumentos voltados à identificação, proteção e administração, compondo o processo de patrimonialização. Esse processo se inicia com a atribuição de valor a certos objetos, edificações, paisagens, saberes e práticas, levando em consideração critérios como a história, a estética e a própria cultura. A patrimonialização culmina na execução de ações concretas que visam a preservação de determinado bem (IPHAN, 2010).

Para compreender o processo de patrimonialização, com foco na documentação como uma de suas etapas, foi realizado um estudo da edificação denominada Dormitório (Figura 1), situada no Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier (Figura 2). Uma vez que não foi encontrada uma documentação sistemática a respeito do Dormitório, buscou-se coletar dados concernentes à história do imóvel e seus usos ao longo do tempo. Além disso, por meio de visitas *in loco*, realizou-se a documentação fotográfica e o diagnóstico do estado de conservação do bem, reunindo informações para a futura elaboração de um projeto com vistas à preservação do Dormitório.

Figura 1: Vista parcial do dormitório



Fonte: Os autores (2022).

Figura 2: Vista aérea do conjunto ferroviário



Fonte: Google Earth (2024).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma metodologia qualitativa de cunho exploratório no intuito de investigar como a documentação pode contribuir para a preservação do Dormitório do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier. Assim, parte-se da pesquisa bibliográfica a respeito da origem e a relevância do imóvel na localidade, reunindo a revisão de material disponível sobre o tema, incluindo-se textos, discursos e recursos audiovisuais (Lakatos e Marconi, 2017).

Em seguida, realizou-se visitas *in loco* para compreender a história e as condições atuais do objeto de estudo, conforme indicado por Magalhães Júnior e Batista (2023). Após essa fase, empregou-se a pesquisa de campo para analisar os materiais e técnicas utilizados na construção, bem como as patologias que estão afetando o imóvel, possibilitando um contato direto com o objeto da pesquisa (Gonçalves, 2001). Logo após, realizou-se a documentação fotográfica do Dormitório, permitindo uma análise mais detalhada de aspectos arquitetônicos e patológicos do bem. Por fim, fez-se uma análise do objeto de estudo considerando a documentação produzida.

PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

O patrimônio cultural é definido como tudo o que a sociedade cria em termos de cultura, manifestando-se por meio de bens materiais ou elementos imateriais (Yoshida e Penna, 2021). A definição proposta por Yoshida e Penna (2021) amplia a perspectiva do Decreto Lei n.º 25 de 1937, que se concentrava nos bens móveis e imóveis relacionados a eventos históricos do Brasil e de valor excepcional (Brasil, 1937). Sob essa abordagem contemporânea, o patrimônio

histórico e cultural abrange os recursos materiais, imateriais e naturais que foram construídos ou preservados ao longo do tempo, interligando-se profundamente com a cultura e a identidade de um povo específico. Assim, o patrimônio cultural está relacionado à memória, constituindo-se de uma ferramenta para a manutenção da história de uma sociedade, englobando conhecimentos, valores e expressões artísticas, promovendo a educação, moldando a identidade urbana e preservando a herança cultural (Araújo, 2004).

A partir da perspectiva apresentada acima, também se constitui patrimônio cultural o denominado patrimônio industrial. De acordo com o TICCIH (2003), o patrimônio industrial extrapola os edifícios e estruturas industriais previstos no Decreto-Lei n.º 25 de 1937. O patrimônio industrial inclui tecnologias, processos de produção, memórias do trabalho e sua influência na configuração urbana, demonstrando sua abrangência para além do aspecto material. Desta forma, a garantia da sua preservação e da proteção da memória visa construir um futuro consciente (Somekh, 2017). Cassares (2000) define a preservação como medidas administrativas e educativas para manter a integridade dos materiais, evitando a destruição por ações intencionais ou pelo descaso (Appelbaum, 2023). A documentação, nesse contexto, constitui-se como uma ferramenta elementar, pois apoia projetos legais de proteção e intervenções, além de permitir uma análise detalhada da evolução dos bens culturais, facilitando a identificação de deteriorações e a aplicação de soluções corretivas.

Para Gonçalves (2009), preservar o patrimônio cultural é garantir a memória, essencial para o futuro. Além da conservação física, a preservação implica manter os valores ligados aos patrimônios, vitais para as identidades individuais e coletivas. Olhar para o passado por meio dos bens culturais não é apenas registrar a história, mas também preservar a memória construída pelos símbolos, em que a documentação tem papel de destaque.

Para os bens edificados e demais objetos, a documentação deve abranger sua natureza dual, ou seja, os aspectos materiais e imateriais. Appelbaum (2017) destaca a importância de conhecer as técnicas e os materiais utilizados, além de realizar uma avaliação crítica do contexto e da função do bem cultural, levando em consideração toda a informação histórica disponível, incluindo a história recente e detalhes de intervenções de conservação e restauração anteriores (Gonçalves, 2015). Dessa forma, busca-se ampliar as possibilidades de discussão e interpretação dos bens culturais, considerando tanto a constituição de seus materiais e seu estado de conservação quanto suas características estéticas, históricas, usos e valores para a comunidade em que estão inseridos. Assim, a produção de uma documentação adequada a respeito dos bens culturais, é o primeiro passo para o conhecimento do objeto de estudo e da justificativa de ações de preservação.

A documentação de um bem cultural é uma técnica para coletar, classificar e explorar um bem, além de registrar bens ameaçados (Silva *et al.*, 2016). Os desafios na preservação do patrimônio cultural é enfatizada pela dificuldade na falta de registros e documentações disponíveis ao público (Lucas, 2024). Nesse contexto, a documentação não só apoia iniciativas de preservação, mas também permite uma análise detalhada da evolução dos bens culturais, facilitando a detecção de danos e a implementação de medidas corretivas. Essa abordagem foi aplicada na investigação do Dormitório do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier. A documentação abrangente, considerando aspectos tangíveis e intangíveis, permitiu explorar alternativas práticas de preservação, reconhecendo o alojamento como um marco cultural na cidade.

O DORMITÓRIO DO CONJUNTO FERROVIÁRIO DE MIGUEL BURNIER

As vilas operárias surgiram no século XIX para oferecer habitação à classe trabalhadora. Na Europa, foram construídas pelas empresas para proporcionar residência próxima ao trabalho e controlar os funcionários. De forma similar, no Brasil, os industriais adotaram os mesmos princípios, visando melhorar as condições de vida dos trabalhadores (Correia, 2004). Neste contexto, Moraes (2002) destaca que as vilas ferroviárias, semelhantes às vilas operárias, eram também destinadas a fixar a mão de obra próxima ao trabalho. Essas vilas integravam os complexos ferroviários e contribuíram significativamente para a urbanização e o desenvolvimento econômico e regional.

A partir da segunda metade do século XIX, tornou-se comum a construção de moradias por empresas para seus trabalhadores, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Esse modelo resultou na formação de comunidades habitadas majoritariamente por funcionários de uma única companhia que, frequentemente, detinha grande parte do mercado imobiliário local, além de exercer controle sobre serviços e equipamentos coletivos. Assim, esses assentamentos estavam, em sua maioria, vinculados a setores como indústrias têxteis, fábricas de papel, empresas de mineração, usinas de açúcar e frigoríficos (Correia, 2001).

Nas primeiras décadas do século XX as "vilas operárias" emergiram como um modelo privilegiado para a reforma das moradias destinadas aos pobres urbanos, apontadas como um dos principais problemas nas cidades. Ao contrário de favelas, mocambos e cortiços, as vilas operárias representavam um padrão habitacional que promovia ordem, higiene e decência. O termo remetia a casas saudáveis, com organização espacial interna, em contraste com a falta de higiene, espaço e conforto associada às moradias dos pobres urbanos. Além disso, sugeria residências de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição à convivência com indivíduos sem emprego fixo (como autônomos, vagabundos e prostitutas), uma característica comum em habitações coletivas e precárias (Correia, 2001). Assim, a expressão "vila operária" é identificada para descrever conjuntos de moradias construídos por empresas em cidades para abrigar seus operários o que inclui, de maneira análoga, as ferrovias.

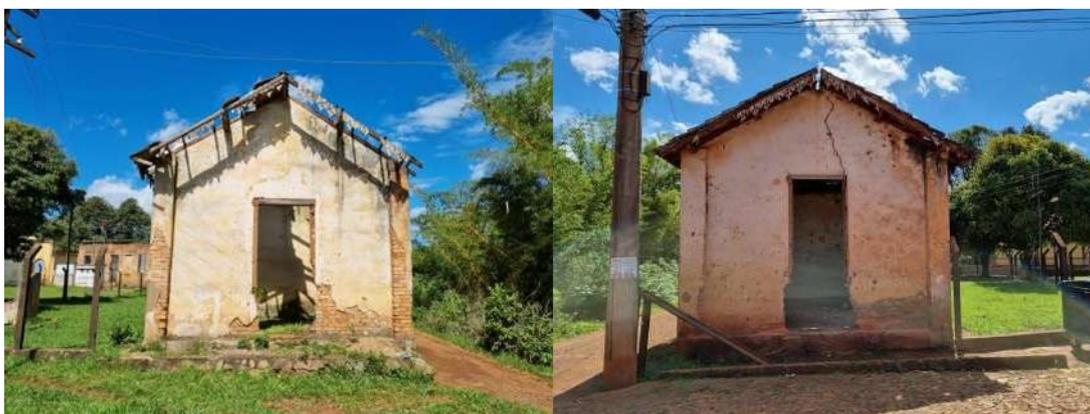
A história das ferrovias está profundamente ligada à exploração das minas de carvão (Hobsbawm, 2015). A imagem das primeiras linhas férreas nos remete à Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra. Em 1770, James Watt desenvolveu a máquina a vapor, e, no final do século XVIII e início do século XIX, deram-se os primeiros passos para a construção das ferrovias, combinando trilhos de ferro com veículos motorizados. As leis da termodinâmica, relacionadas ao funcionamento da máquina a vapor, revolucionaram o conhecimento da física. Assim, no século XIX, a ferrovia tornou-se um símbolo concreto do progresso econômico e tecnológico.

No Brasil, a trajetória das ferrovias teve início em 30 de abril de 1854, quando D. Pedro II inaugurou o primeiro segmento ferroviário: a Estrada de Ferro Petrópolis. Esta linha conectava o Porto Mauá a Frágoso, no Rio de Janeiro, com uma extensão de 14 km. No entanto, a chegada da ferrovia a Petrópolis, através da Serra do Mar, só ocorreu em 1886 (IPHAN, 2024). Outra ferrovia muito utilizada foi a antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, estabelecida em 1872. Esta linha ligava a cidade de Sítio, hoje Antônio Carlos, em Minas Gerais, à Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde chamada de Central do Brasil, seguindo até São João del Rei. Com a concessão de novas rotas, a ferrovia Oeste de Minas expandiu-se para outras localidades e ramais, atingindo, em 1894, um total de 684 km de extensão, sendo reconhecida como a primeira ferrovia brasileira de pequeno porte (IPHAN, 2024).

Consequentemente, as vilas operárias contribuíram significativamente na urbanização e no desenvolvimento econômico, inserindo-se em contextos sociais e culturais complexos que refletem as dinâmicas da classe trabalhadora. Nesse cenário, destacam-se os antigos dormitórios e alojamentos utilizados pelos funcionários ferroviários, que representam um marco na industrialização brasileira. Este tipo de edifício, que serviu como moradia para operários das antigas ferrovias, reflete a intersecção entre a arquitetura e as condições de vida dessa classe, tornando-se um objeto de estudo relevante para a compreensão da memória coletiva e da preservação do patrimônio industrial ferroviário.

Um exemplo desse contexto habitacional é o distrito de Miguel Burnier, onde o edifício do Dormitório (Figura 3), foi provavelmente construído na mesma época em que a Estação Ferroviária, inaugurada em 17 de junho de 1884, marcando um período de desenvolvimento para a região. Parte de um complexo que inclui a estação, oficina de locomotivas, plataforma e caixa d'água, o Dormitório servia como residência para motoristas, mecânicos e carreiros (PMOP, 2010a). Embora não existam registros da data exata de sua construção, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto registrou obras de ampliações para atender ao aumento do número de trabalhadores na região, sendo essas intervenções realizadas na década de 1940 e no final da década de 1950 (PMOP, 2010a).

Figura 3: Vista lateral esquerda do imóvel (à esquerda) e vista lateral direita do imóvel (à direita).



Fonte: Os autores (2022).

O Dormitório está implantado de maneira aproximadamente ortogonal em relação à linha férrea (Linha do Centro), localizado na parte sul do Conjunto Ferroviário, sendo a Estação o edifício mais próximo. O imóvel é construído sobre um embasamento de pedra, visível na fachada sul. A volumetria do térreo permite acesso direto a todos os cômodos a partir da fachada norte, ligeiramente elevada em relação ao nível do terreno. O espaço ao redor é plano e apresenta um arranjo em área gramada (PMOP, 2010a). O Dormitório exibe ornamentos ecléticos, com lambrequins nos beirais da cobertura (exceto na fachada sul) e pinturas internas do emblema da “Central do Brasil.” Sua volumetria é horizontal, com um formato retangular alongado e variação nas aberturas de acordo com cada fachada (portas na norte e janelas na sul). As pilastras nas fachadas norte e sul formam sete módulos de tamanho igual, enquanto as fachadas leste e oeste possuem uma janela centralizada, com frontões simples e paredes pintadas de branco (PMOP, 2010a).

Quanto à propriedade do Dormitório, essa é da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Contudo, após a sua extinção, o direito de propriedade do imóvel passou a ser do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme o Ofício SEI Nº 14697/2022/MG/COFER/GECOF/SUFER/DIR-ANTT, encaminhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no ano de 2022, que detalha:

Em atendimento à solicitação encaminhada, informamos que o imóvel Dormitório do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, NBP 3290010 é um bem operacional e está contratualmente arrendado à Concessionária MRS Logística S/A (ANTT, 2022, p.1).

Em um outro ofício, esse encaminhado pelo DNIT (2022), denominado “Requerimento solicitando esclarecer a propriedade do imóvel denominado “dormitório”, o órgão deixou claro que a reponsabilidade do imóvel, assim como os demais circunvizinhos ao dormitório, era de propriedade do DNIT, como pode-se observar abaixo:

Preliminarmente, esclarecemos que à luz da lei 11.483/07, conforme art. 8º, inciso I: Art. 8º Ficam transferidos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:
I - a propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais da extinta RFFSA (DNIT, 2022, p.1).

Em consonância com as informações acima, o DNIT (2022) ainda informou que a transferência dos bens móveis e imóveis operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal para o DNIT foi um procedimento legal, realizado com o propósito de cumprir o estabelecido no inciso XVII, artigo 82, da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que instituiu o DNIT, conforme o artigo abaixo:

Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:
(...)
XVII – exercer o controle patrimonial e contábil dos bens operacionais na atividade ferroviária, sobre os quais será exercida a fiscalização pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme disposto no inciso IV do art. 25 desta Lei, bem como dos bens não-operacionais que lhe forem transferidos. (Incluído pela Lei nº 11.483, de 2007) (DNIT, 2022, p.1).

No mesmo ofício, datado de maio de 2022, o DNIT também informou que o referido dispositivo legal atribuiu ao órgão apenas a função de controle patrimonial e contábil dos bens operacionais vinculados à atividade ferroviária, sem confundir-se com a fiscalização desses bens, a qual é de responsabilidade da ANTT. O artigo completa que, enquanto estiver em vigor o contrato de arrendamento dos bens ferroviários, a competência para regulamentar e fiscalizar esse contrato caberá à ANTT, uma autarquia sob regime especial criada para esse propósito, conforme estabelecido nos incisos I e II do artigo 22 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, transcritos a seguir:

Art. 22. Constituem a esfera de atuação da ANTT:
I - o transporte ferroviário de passageiros e cargas ao longo do Sistema Nacional de Viação;
II - exploração da infraestrutura ferroviária e o arrendamento dos ativos operacionais correspondentes.
Art. 24. Cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuições gerais:
(...)
III - fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento (DNIT, 2022, p.2).

Ainda segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2022), o bem denominado Dormitório está situado em um trecho ferroviário operacional, utilizado pela MRS Logística S.A, com o número de bem patrimonial (NBP) 3290010. De acordo com uma pesquisa realizada pela área técnica da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte (UFBEL) o bem é de natureza operacional. Portanto, como mencionado anteriormente, a fiscalização dos serviços

prestados pela concessionária, relacionados à manutenção do referido bem, é de responsabilidade da ANTT. Observa-se, porém, que as ações de manutenção não foram cumpridas ao longo do tempo.

A edificação serviu como dormitório até o final da década de 1970, quando a administração da linha férrea utilizou alguns cômodos como depósito por aproximadamente três anos. A sua desativação completa se deu no início da década de 1980 (PMOP, 2010a), resultando em um cenário de abandono. A transição da função de dormitório para depósito reflete mudanças nas necessidades e na gestão da linha ferroviária, marcando uma transformação na utilização do espaço ao longo do tempo, evidenciando uma adaptação das instalações conforme as demandas operacionais da época.

Na década de 1990 a estação de Miguel Burnier deixou de cumprir sua função original. Desde então, os imóveis que compõem o complexo ferroviário da vila foram abandonados. Tanto a Estação quanto o Dormitório tornaram-se alvos frequentes de vandalismo, a maior parte dos trilhos foi roubada, e as residências dos funcionários da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) foram transformadas em patrimônio de empresas locais – geralmente utilizadas para fins administrativos – ou foram ocupadas pela população. Além disso, a aquisição de um extenso terreno no distrito pela mineradora Gerdau Aço Minas resultou na destruição de vários imóveis que integram o conjunto (PMOP, 2010a).

DESCRIÇÃO FORMAL E CONSTRUTIVA DO DORMITÓRIO

O Dormitório possui planta retangular e foi edificado em alvenaria de tijolo cerâmico maciço (Figura 4), com base de alvenaria de pedra, contendo oito ambientes, dos quais dois são banheiros e um deles é uma cozinha, possivelmente utilizada para as refeições dos antigos trabalhadores que ali habitavam. O revestimento das alvenarias é feito em argamassa de cal e areia, com acabamento das superfícies internas e externas em tonalidade bege. A cobertura do imóvel é de duas águas, confeccionada em telha cerâmica francesa, com arremate da cumeeira em telha cerâmica colonial, tipo capa e canal, e lambrequins de madeira nas extremidades para o acabamento. A cobertura não possui calhas para o escoamento de água.

Figura 4: Detalhe do sistema construtivo do imóvel (à esquerda) e da cobertura (à direita).



Fonte: Os autores (2022).

Quanto aos forros da edificação (Figura 5) foram identificadas duas tipologias de construção, sendo lambri e saia camisa, ambos com acabamento em uma tonalizada de tinta esmalte sintético acetinado acinzentado. A partir das visitas de campo foi constatado que alguns ambientes não possuem mais os forros, mas a partir de vestígios de peças de madeira e demarcações nas alvenarias foi possível constatar a existência dos forros em outros períodos. Quanto ao piso do imóvel (Figura 6) alguns cômodos possuem piso de cimento queimado, outros vestígios de tacos de madeira, os banheiros de lajota cerâmica, e alguns espaços não apresentam os acabamentos, impossibilitando o reconhecimento dos revestimentos anteriores. Ainda assim, foi possível identificar três tipos de revestimentos ainda existentes no imóvel, sendo estes: o piso de cimento queimado, a lajota cerâmica e tacos de madeira.

Figura 5: Detalhe do sistema construtivo dos forros (à esquerda) de Lambri e (à direita) de saia camisa.



Fonte: Os autores (2022).

Figura 6: Sistema construtivo dos pisos: cimento queimado, tacos de madeira, lajota cerâmica e piso sem acabamento.



Fonte: Os autores (2022).

O imóvel possui diversos vãos (Figura 7) os quais eram esquadrias de madeira. No Dormitório ainda estão presentes vestígios das antigas esquadrias, como marcos e alisares de madeira. Nos banheiros, as janelas são do tipo basculantes e não possuem mais todos os vidros. Os banheiros apresentam algumas repartições, configuração típica de instalações de uso coletivo. Os revestimentos das instalações sanitárias são constituídos de azulejos na cor branca e nos espaços ainda estão dispostos os vasos sanitários. Nas fachadas externas é visível a perda de elementos da edificação e, na base inferior da fachada posterior, existem pequenas aberturas, as quais funcionam como respiros.

Figura 7: Detalhe dos vãos, banheiros e respiros da edificação.



Fonte: Os autores (2022).

O imóvel apresenta um pátio externo gramado (Figura 8), enriquecido pela presença de duas árvores de grande porte, que fazem parte da paisagem original do local e preservam suas características naturais. Nesse espaço, encontra-se também uma bica d'água desativada, que outrora pode ter sido utilizada para fins de irrigação ou consumo, configurando-se como um elemento de valor histórico e funcional. No mesmo ambiente, foram adicionadas ao piso algumas estruturas férreas, peças notáveis que serviram para construir trilhos em estações ferroviárias, possivelmente na própria estação de Miguel Burnier. Dispostas em linha e fixadas no chão, essas peças possivelmente foram utilizadas como suporte para algum tipo de cerca que delimitava o pátio.

Figura 8: Detalhe da vegetação no pátio, estruturas férreas dos trilhos de trem e bica d'água



Fonte: Os autores (2022)

A presença desses elementos no pátio não apenas enriquece a estética do local, mas também convida à reflexão sobre as práticas e modos de vida que caracterizavam o período em que o dormitório foi utilizado. Essa interação entre natureza e construção revela como a arquitetura pode dialogar com o espaço externo, criando um ambiente que é tanto funcional quanto significativo em termos históricos e culturais.

RESULTADOS

Após a reunião dos documentos disponíveis a respeito do Dormitório, das visitas *in loco*, do registro por imagem, do levantamento das técnicas e materiais e da avaliação do estado de conservação do imóvel, foi constatado que o Dormitório apresenta um estado de conservação ruim e necessita de ações voltadas para a sua conservação. Conforme registrado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP, 2010b), o Conjunto Ferroviário é um patrimônio de valor cultural para a comunidade local e regional, representando uma parte vital da história do quadrilátero ferrífero.

O estado precário do imóvel decorre principalmente da exposição prolongada às intempéries e da falta de um programa regular de preservação e manutenção, que contribui para agravar os processos de deterioração. A exposição contínua às intempéries pode resultar em patologias que, em casos graves, levam à ruína da estrutura. As alvenarias (Figura 9) exibem um avançado grau de deterioração, com a perda dos revestimentos expondo os elementos estruturais, desencadeando novos processos prejudiciais à estrutura. As paredes do imóvel estão significativamente sujas, recobertas por biofilmes e microfloras.

Figura 9: Patologias das alvenarias.



Fonte: Os autores (2022).

A cobertura do imóvel (Figura 10) apresenta graves problemas estruturais, como a perda de peças do engradamento, apodrecimento da madeira, ondulação das peças e formação de crosta negra, além da ausência de telhas em algumas áreas devido à falta de suporte estrutural. Esses danos, agravados pela ação das intempéries, comprometem a integridade da estrutura. As telhas cerâmicas francesas mostram sinais de degradação, com sujidades, biofilmes e crosta negra, indicando acúmulo de poluentes e a presença de microrganismos que aceleram o desgaste. A combinação desses fatores sugere a necessidade de uma intervenção urgente para evitar maiores comprometimentos à cobertura e ao imóvel como um todo.

Figura 10: Patologias da cobertura da edificação.



Fonte: Os autores (2022).

Os forros (Figura 11) também estão muito comprometidos, principalmente pela ausência de grande parte da cobertura em alguns ambientes, como observado acima. Nenhum dos cômodos possui todas as peças que compõem o forro em bom estado de conservação, apresentando diversas patologias, como perda total de suporte das peças, perda parcial de peças, perda da camada pictórica, ondulação das peças, infiltrações de águas pluviais, ataques de biofilmes e apodrecimento. Os lambrequins de madeira que arrematam a cobertura apresentam várias peças faltantes, as que ainda estão presentes apresentam trincas, perda da camada pictórica e apodrecimento.

Figura 11: Patologias dos forros da edificação.



Fonte: Os autores (2022).

As esquadrias (Figura 12) estão em estado crítico, com muitas delas ausentes do imóvel e as que permanecem apresentando severa deterioração. Os principais problemas incluem perda de suporte, apodrecimento, ausência de fechaduras, perda da camada pictórica, oxidações e acúmulo de sujidades. De modo geral, quase todo o imóvel e seus componentes estão em avançado estado de deterioração, com a maioria da estrutura apresentando danos significativos, o que contribui para um contexto delicado de conservação.

Figura 12: Detalhe das esquadrias do dormitório.



Fonte: Os autores (2022).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2024), a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 atribuiu ao Instituto a gestão dos bens artísticos, históricos e culturais da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA). O inventário atualizado inclui mais de 52 mil bens imóveis e 15 mil bens móveis de valor histórico e cultural. Embora a Estação Ferroviária de Miguel Burnier e seu terreno tenham um número patrimonial, o Dormitório e outras edificações do conjunto não possuem tal numeração na listagem (IPHAN, 2024). Isso pode prejudicar a compreensão do espaço e afetar projetos de restauração ao excluir alguns edifícios.

Conforme afirmado anteriormente, o Dormitório foi utilizado como alojamento até finais do ano de 1970, tornando-se depósito e sendo inutilizado (PMOP, 2010a). Diante desse fato, constata-se que a falta de uso do bem cultural está intrinsecamente relacionada à ausência de sua manutenção e, conseqüentemente, ao mau estado de conservação ao qual o referido imóvel se encontra.

CONCLUSÕES

A preservação do Dormitório, parte do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, é de grande importância para manter viva a história local, refletindo a evolução do modo de vida, economia e tradições da região, mesmo após a desativação da ferrovia. Atualmente, o prédio da Estação de Miguel Burnier é um espaço de manifestações culturais, preservando as tradições da comunidade, porém as iniciativas de preservação não se estendem a todo o Conjunto, incluindo-se aqui o Dormitório, parte pela falta de documentação relativa à edificação e parte por não haver iniciativas de educação patrimonial que desperte a relação de referência cultural na comunidade local.

Ao investigarmos o Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier, com destaque para a edificação do Dormitório, observou-se a necessidade da aplicação de medidas de conservação para a preservação do bem, que se inicia com a documentação. Devido às patologias identificadas e à deterioração contínua, a documentação registra a evolução do imóvel, justificando um projeto executivo de conservação que envolva a comunidade na conscientização sobre sua importância. O Dormitório, como expressão tangível da história e identidade do distrito, integra a memória coletiva que molda a sociedade local.

Salienta-se que a documentação de bens culturais vai além de um levantamento de fontes bibliográficas (Braga, 2008), mas envolve todos os aspectos do objeto, considerando a sua dualidade material e imaterial, preservando a memória e a história dos patrimônios. Portanto, instituições e programas de preservação devem disseminar conhecimentos e técnicas de documentação, especialmente no Brasil, onde muitos bens culturais ainda não estão nem sequer devidamente inventariados.

A documentação apresentada neste estudo reforça a urgência da elaboração e execução de um projeto de conservação e restauro específico para o Dormitório e de um plano de preservação para o Conjunto. Embora ainda não haja ações tão direcionadas, atualmente a empresa Gerdau, em parceria com a Joglo Arquitetura Criativa, implementou o projeto "Patrimônio Vivo", como medida compensatória para a exploração mineral no distrito. Conforme dados da empresa, serão investidos 15 milhões de reais em ações de revitalização e manutenção do patrimônio cultural, beneficiando a comunidade e incentivando o turismo da região, criando novas oportunidades de geração de emprego e renda (GERDAU, 2024). Espera-se que esta pesquisa possa subsidiar o projeto de revitalização do Dormitório, previsto nas ações da Gerdau, e que contribua para futuras investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT. **Ofício SEI nº 14697/2022/MG/COFER/GECOF/SUFER/DIR-ANTT**. Belo Horizonte, 12 maio 2022.

APPELBAUM, Barbara. **Metodologia do tratamento de conservação**. Porto Alegre: Mariana Gaelzer Wertheimer, 2017.

APPELBAUM, Barbara. **Preservar, proteger e defender**. Um guia prático para o cuidado de coleções. Porto Alegre: MW Conservação e Restauração de Bens Culturais, 2023.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. *Do patrimônio cultural e seus significados*. **Revista Transformação**, v. 16, n. 2, pp. 111-122, 2004.

BRAGA, Sylvia. Apresentação. In: OLIVEIRA, M. M. (Ed.). **A documentação como ferramenta de preservação da memória**. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2008, p. 7-143.

BRAGA, Wanuzia de Oliveira. *A preservação do patrimônio cultural e seus reflexos na prática educativa: alguns exemplos em Moçambique*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial: Políticas, Relações de Poder e Ações Afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5). p. 106-116.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em **rede** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 25 de setembro de 2024.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORREIA, Telma de Barros. **A Construção do Habitat Moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. *A cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernáculo*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 4, p. 83-92, maio 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83>.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT. **Ofício nº 81830/2022/UFBEL - Belo Horizonte - MG/SRE - MG**. Belo Horizonte, 05 maio 2022.

GERDAU. *Gerdau entrega primeira etapa do Patrimônio Vivo, em Miguel Burnier*. Em **rede** <https://www2.gerdau.com.br/noticias/gerdau-entrega-primeira-etapa-do-patrimonio-vivo-em-miguel-burnier/>. Acesso em 23 de julho de 2024.

GONÇALVES, Elizeu Peixoto. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, R & CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.

GONÇALVES, Marina Furtado. **Separados no nascimento: estudo de técnicas, materiais e estado de conservação de dois manuscritos iluminados do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Patrimônio Ferroviário*. Em **rede** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>. Acesso em 23 de julho de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos**. Brasília: IPHAN, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCAS, Sônia Maria de Mattos. *A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural na contemporaneidade*. Em **rede** <https://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/preservaropassado.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2024.

MAGALHÃES JÚNIOR, Cláudio Alves de Oliveira; BATISTA, Marcelo Carneiro. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2ª ed. Ponta Grossa: Atena, 2023.

MORAIS, Marcelo de. **As vilas ferroviárias paulistas: Arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO - PMOP. *Dossiê de Tombamento Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier - Ouro Preto*. 2010a. Em **rede**

https://ouropreto.mg.gov.br/turismo/arquivos/dossies/Dossi%C3%AA%20de%20Tombamento_Conjunto%20Ferrovi%C3%A1rio%20de%20Miguel%20Burnier_atualizado%202023.pdf. Acesso em 18 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO - PMOP. *Parecer técnico de dossiê de Tombamento de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais*. 2010b. Em **rede**

https://ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/conj-ferrov-miguel-burnier-parecer-tecnico-1.pdf?dc=2537. Acesso em 18 de abril de 2024.

RODRIGUES, Robson Antônio; COELHO, Jane Pessôa. *O patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade*. Em **rede** <<https://www.femcultura.ac.gov.br/o-patrimonio-historico-cultural-e-sua-importancia-para-a-sociedade/#:~:text=A%20import%C3%A2ncia%20de%20se%20preservar,cidade%20ou%20mesmo%20uma%20na%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em 25 de setembro de 2024.

SILVA, Camila Mariana A.; BRITO, Márcilio de; ORTEGA, Cristina Dotta. *Documento, documentação, documentologia*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016.

SOMEKH, Nadia. **Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais**. São Paulo: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 2017.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. 2003. Em **rede** <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em 18 abril 2024.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; PENNA, Maria Cristina Vitoriano Martines. *A importância das comunidades tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural*. **Revista Direito UFMS**, v. 7, n. 1, p. 71-91, 2021.